

Relatório de Audição

[realizada nos termos do n.º 1 do Artigo 21.º da Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto]

PETIÇÃO N.º 213/XII/2.ª

*Equiparação da licenciatura em Solicitadoria à licenciatura em Direito
para efeitos de admissão na função pública.*

Dia: 31 de janeiro de 2013

Peticionários: Vitor Nuno Freitas Ferreira e outro

Recebidos por: Deputada Isabel Santos (PS) - Relatora da petição.

Deputada Maria das Mercês Borges (PSD);

Deputado Pedro Roque (PSD);

Deputado João Galamba (PS);

Deputado João Oliveira (PCP);

Síntese dos Temas Abordados:

A Senhora Deputada Isabel Santos iniciou os trabalhos, começando por dar as boas-vindas aos peticionários presentes e apresentando os Senhores Deputados presentes, tendo de imediato convidado os peticionários a efetuarem uma intervenção inicial.

Os peticionários reiteraram o teor da petição e a fundamentação dela constante, considerando que, não obstante as diferentes competências face aos licenciados em direito, a licenciatura em solicitadoria cumpre os requisitos para o exercício de funções na função pública, nomeadamente nos termos constantes da área 380 da classificação das áreas de educação e formação, tal como definido pela Portaria n.º 256/2005, de 16 de março. Acrescentaram que, consoante o procedimento concursal em questão, os licenciados em solicitadoria são – no que às suas habilitações diz respeito – por

vezes admitidos e, noutros casos, excluídos. Aduziram, adicionalmente, argumentos quanto às expectativas criadas pelas instituições de ensino superior na promoção destas licenciaturas, nomeadamente em matéria de saídas profissionais.

Em sede de intervenções dos Grupos Parlamentares, começou por usar da palavra o Senhor Deputado João Oliveira (PCP), que colocou questões quanto às habilitações em solicitadoria e o papel das instituições de ensino superior, bem como quanto ao acesso à função pública. O Senhor Deputado João Galamba (PS) questionou os peticionários quanto à realidade existente noutros países quanto a esta matéria, e as motivações para os problemas quanto à licenciatura em questão em matéria de acesso à função pública. Interveio, enfim, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), que saudou os peticionários e sugeriu o pedido de informações ao Governo, quer em matéria das habilitações conferidas pela licenciatura, quer quanto ao acesso à função pública.

A Senhora Deputada Isabel Santos (PS), relatora da Petição, subscreveu a sugestão de pedido de informações ao Governo, refletindo de seguida quanto às expectativas criadas em matéria de saídas profissionais, nomeadamente quanto ao acesso à função pública. Recordou, ainda, o pedido constante da petição e que sobre esse seria efetuado o relatório, após o que agradeceu as informações prestadas pelos Peticionários, que permitiram aprofundar as pretensões constantes da Petição, tendo de seguida encerrado a audição, agradecendo aos peticionários a sua presença.

Palácio de São Bento, em 31 de janeiro de 2013

A Deputada Relatora

Isabel Santos